

Intervenção MC – Audição Regimental

30.06.20

Senhoras e Senhores Deputados,

Não ignoramos, ninguém pode ignorar, que a realidade é, hoje, muito diferente daquela que imaginámos em janeiro de 2020, quando aqui estive pela primeira vez este ano. A crise de saúde pública teve e terá fortíssimos impactos económicos e sociais, que se refletem de forma muito particular no setor da cultura. Por o reconhecermos, aprovámos medidas para o tempo da emergência e medidas para um presente e um futuro mais exigentes.

Mas a pandemia não apaga o passado recente. E importa continuar a recordá-lo.

Ao longo dos últimos anos este Governo trabalhou com objetivos claros, reforçando ano após ano o investimento em Cultura, com um orçamento que cresceu 40% nos quatro anos da anterior legislatura e que em 2020 registou um aumento de 10% face ao ano anterior.

Maior investimento no apoio às artes (+75% entre 2015 e 2019, +17% em 2020), num global de 89 milhões de euros no OE aprovado neste Parlamento; na arte contemporânea (num global de 65 milhões de euros em 4 anos); No setor do livro e das bibliotecas; no cinema e audiovisual; no património cultural.

Em simultâneo, e porque aumentou o investimento público em cultura, lançámos programas estruturais nas mais diversas áreas de atuação, como

o Arquivo Nacional do Som, o Plano Nacional da Artes, a Portugal Fim Commission que têm hoje um papel central nas políticas públicas na área da cultura. Hoje estas estruturas estão presentes, trabalham e enriquecem a nossa cultura, mas há que não esquecer que, até este Governo ter chegado, elas não existiam.

Em síntese, revertemos o desinvestimento, resolvemos problemas herdados, grande parte deles fundacionais, e lançámos um conjunto de programas estruturais cujo impacto positivo se fará sentir ao longo de décadas. Esta é a demonstração de que ter, verdadeiramente, um Ministério da Cultura é mais que um símbolo, é algo que temos transformado em políticas concretas.

Mas, Senhoras e Senhores Deputados, como comecei por afirmar, não ignoramos que a realidade mudou. Sem aviso prévio, repentinamente. E a mudança que a crise de saúde pública, com fortes impactos económicos e sociais, significa colocou-nos novos desafios. Num tempo de emergência, mas também para o futuro.

No tempo da emergência, respondemos com medidas transversais aprovadas pelo Governo, que se aplicam naturalmente ao setor da Cultura, e a essas medidas somámos linhas de apoio setoriais. Fizemo-lo num curtíssimo espaço de tempo e de forma abrangente. Lançámos uma linha de apoio às artes, num valor final total de 1 milhão e 700 mil euros, à qual se juntaram a linha de apoio a editoras e livrarias (440 mil euros) e a compra

antecipada de publicidade institucional no valor de 15 milhões para a área da comunicação social.

Demos uma resposta imediata, mas não deixámos de trabalhar para concretizar os compromissos assumidos no programa de Governo e, em simultâneo, preparar medidas para a estabilização social e económica do sector, que viriam a se inscrever no Orçamento Suplementar, e, novas medidas para o Plano de Relançamento da Economia, no quadro do apoio Europeu aos Estados Membros.

Assim, no que respeita aos compromissos do Programa de Governo, no decurso do mês de julho, apresentaremos, para consulta pública, as propostas para o novo ciclo de apoio sustentado às artes e para a regulamentação da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses.

Também no decurso do mês de julho, é inaugurado o centro de arte contemporânea de Coimbra, onde ficará em depósito o conjunto de obras da ex-coleção BPN, adquirida pelo Estado em janeiro deste ano. Este novo centro de arte contemporânea abre com a primeira grande exposição da nova fase da Coleção de Arte Contemporânea do Estado, que contou já com o trabalho do Curador da Coleção, David Santos.

O novo espaço de arte que abre em Coimbra assume-se como um importante pólo na região centro do país da futura Rede de Centros de Arte Contemporânea, que apresentaremos no final de mês de julho. Esta será uma rede de referência nacional, espaço natural para a circulação da Coleção do Estado e das demais coleções nacionais e municipais, descentralizando o acesso à cultura, disseminando a arte contemporânea,

apoio a criação e a produção artística e contribuindo para a formação, a criação e o aumento de novos públicos.

Finalmente, ainda no mês de julho, vamos anunciar a nova fase de aquisição de obras que vão integrar a Coleção do Estado, num investimento de 500 mil euros.

Mas todo este trabalho não nos impediu de dar resposta aos novos desafios que a conjuntura nos colocou, no presente e para o futuro.

Porque a realidade mudou, o Governo aprovou no Orçamento Suplementar um pacote de medidas inédito para a Cultura, no valor global de cerca de 70 milhões de euros.

Como tive a oportunidade de aqui detalhar na passada semana, este pacote de medidas procura dar resposta às dificuldades vividas pelos trabalhadores na área da cultura e pelos equipamentos e estruturas artísticas.

Falamos de um pacote financeiro superior a 34 milhões de euros, de apoio direto às pessoas e às estruturas, repartidos por uma linha de apoio social para os profissionais independentes do setor da Cultura, por uma linha de apoio a equipamentos e estruturas, com o objetivo de apoiar a atividade, e por uma linha de adaptação dos espaços em resposta às exigências da pandemia. A este valor soma-se 8,5 milhões de euros destinados ao cinema e audiovisual, que garantimos com a libertação do saldo de gerência do ICA. Foi, ainda, aprovado um programa de 30 milhões de euros, via fundos comunitários, para programação cultural com os municípios.

A este reforço orçamental acresce uma medida de importância estrutural, que é a criação do grupo de trabalho para o estatuto dos profissionais da área da cultura. Este grupo tem por finalidade estudar os regimes de segurança social, finanças e condições de trabalho e apresentar uma proposta de alteração legislativa, que deverá estar finalizada até ao final deste ano. Em simultâneo, será realizado um inquérito aos profissionais da cultura e um mapeamento do tecido cultural português, em colaboração com o Observatório Português das Atividades Culturais, ferramentas fundamentais para o aprofundamento do conhecimento sobre o sector e, conseqüentemente, para preparar melhor o presente e o futuro da cultura em Portugal.

O Orçamento Suplementar ainda está em discussão nesta Assembleia, mas já estamos a preparar o novo tempo, o do Plano de Relançamento da Economia. Um plano estratégico para o país enfrentar os desafios da realidade pós-COVID, assente em políticas de investimento para uma transformação estrutural das atividades e da economia, no qual a cultura ocupará o lugar que lhe pertence. Central e transversal.

O futuro que desenhamos é pensado na globalidade. É pensado para todo o território e para todas as pessoas. É pensado para cada uma das áreas e categorias profissionais da cultura. É esta globalidade que nos vai permitir chegar a cada lugar e a cada cidadão. É esta globalidade e visão estratégica que nos permitirá construir uma política pública de cultura que, onde quer que exista talento, exista oportunidade. Sem fronteiras geográficas, económicas e sociais.



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DA MINISTRA DA CULTURA

Graça Fonseca

30 de junho